

SUBDESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL E HOMICÍDIOS NO DISTRITO FEDERAL, 1995 A 1998

Gláucio Ary Dillon Soares
Universidade da Flórida
IUPERJ
FGV

I. INTRODUÇÃO

Há, na vida de muitos cientistas políticos e sociais latino-americanos, uma lembrança nostálgica dos “anos de Santiago”. Santiago de Chile, de fins dos anos cinquenta a inícios dos anos setenta, foi a Meca de mais de uma geração de sociólogos, cientistas políticos, demógrafos e economistas latino-americanos. Em verdade, estes rótulos profissionais eram menos significativos do que o são hoje, porque todos trabalhavam livremente com variáveis de todo tipo, sem se preocupar com a sua filiação disciplinar. As pesquisas eram claramente inter-disciplinares porque os seus autores pensavam desta forma e porque os grupos de pesquisa incluíam pessoas com formação acadêmica variada. O quotidiano destas pessoas implicava, também, na interação contínua entre pessoas com formação em diferentes disciplinas¹, de diferentes ideologias, provindas de quase todos os países latino-americanos. Aprendemos, todos, uns com os outros. A verdade é que, antes de chegar a Santiago, sabíamos bastante a respeito de nossos próprios países, mas pouco a respeito dos demais. Aprendemos a respeito da América Latina e expandimos consideravelmente este conhecimento através de pesquisas. Cursos como os oferecidos pelo CELADE, pela CEPAL, pela ESCOLATINA e pela FLACSO, sistematizaram e divulgaram este conhecimento.

Os golpes militares de 1964, no Brasil; 1966, na Argentina; 1968, no Peru e no Panamá, e o agravamento das condições políticas e profissionais em vários países latino-americanos, e as intermináveis ditaduras militares na América Central e no Caribe, fizeram de Santiago um ponto de encontro. Havia exilados, auto-exilados, outros sem participação política. Uns foram pesquisar e ensinar, outros simplesmente trabalhar numa organização internacional e muitos foram estudar². Todos aprenderam.

A despeito de evidentes diferenças, houve uma herança acadêmica comum que nos marcou a todos. Era inter-disciplinar, teórica e metodologicamente eclética (a despeito de algumas profissões de fé ortodoxa), dava certa ênfase a fatores explicativos “infra-estruturais”, econômicos, mas de índole social, buscava uma perspectiva histórica e o seu marco geográfico era, decididamente, latino-americano. Aldo Solari, sem querer fazê-lo nem buscar formar escola, foi um dos construtores desta herança.

1 Embora, volto a insistir, estas diferenças fossem menos marcadas do que hoje.

2 Muitos estudantes latino-americanos de esquerda preferiam estudar na Europa Ocidental, particularmente na França, ou em outros países latino-americanos, a estudar nos Estados Unidos, país pelo qual nutriam hostilidade e cuja Ciência Social rejeitavam.

Esta herança marcou os meus escritos e pesquisas durante os últimos trinta anos e este trabalho não é exceção, embora trate de triste fenômeno que pouco se estudava naquela época, o homicídio, e os dados, por contingência, se refiram ao Distrito Federal, Brasil. Não obstante, a violência passou a integrar – negativamente – o conceito de qualidade da vida. As taxas de homicídios e de suicídios integram, com sucesso empírico, índices de qualidade da vida, do qual são indicadores negativos³. Infelizmente, a América Latina tem uma alta taxa de homicídios que não se explica apenas através das variáveis sócio-econômicas e demográficas de confirmado poder preditivo⁴: daí a necessidade de estudar o fenômeno na América Latina.

II. SUBDESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, POBREZA E HOMICÍDIO

Uma das tentativas de usar modelos econômicos na explicação do crime é a de Gary Becker, cuja grande contribuição foi mostrar o *valor econômico do tempo*. Isto tem implicações para a aplicação de modelos econômicos ao crime. Uma delas deriva da crença em que a causa última do crime segue uma racionalidade econômica. O crime seria uma *escolha racional*. Ao sair da economia e entrar na psicologia da escolha racional, surge a questão da punição ou, mais exatamente, da gravidade da punição e da percepção, por parte dos criminosos em potencial, da sua probabilidade de ser punido e da gravidade desta punição. Há crimes e delitos que se encaixam mais facilmente nesta perspectiva economicista. *Dentro* de cada tipo de crime e delito, há *sub-tipos* que também se encaixam mais facilmente do que outros. Onde a gratificação é claramente em dinheiro ou propriedade, a relação é visível. Mas há crimes cujos subtipos podem variar muito no que concerne o encaixe intuitivo com a gratificação “econômica”. O homicídio é um deles. Há homicídios com fins claramente econômicos, como os que provocam uma herança que beneficiam o criminoso ou alguém que ele favoreça. Há outros, com objetivos econômicos, que trazem embutida uma certa probabilidade de morte, para si ou para outrem. O assalto a mão armada tem, em si, riscos, e um deles é o de matar alguém e/ou ser morto ao cometê-lo. Tecnicamente se discute se é um latrocínio se a vítima do roubo fôr, também, a do homicídio ou se seguimos a jurisprudência americana do “murder in the commission of a felony”, homicídio ao cometer outro delito grave. E há homicídios sem motivação econômica, entre os quais os assassinos em série, *serial killers*, psicopatas cuja “racionalidade” escapa aos normais.

As teorias economicistas do crime esbarram numa dificuldade: a diferença de renda entre o que pode ser obtido em diferentes atividades criminosas e o que pode ser obtido no trabalho manual não-especializado e semi-especializado. Levando em consideração somente a racionalidade econômica, é fácil explicar como alguns trabalhadores optam pelo crime; o que é difícil, é explicar porque todos não o fazem. Há, além disso, problemas em explicar variações nas taxas de crime. No Japão, as taxas diminuíram; como os salários aumentaram, a relação entre as duas tendências ficou sugestiva. Porém, a remuneração do crime também aumentou, e muito. Com estes dados, fica difícil explicar porque somente alguns japoneses optaram pelo crime e porque as taxas

3 Ver Ed Diener, “A Value Based Index for Measuring National Quality of Life” em *Social-Indicators-Research*; 1995, 36, 2, Oct, 107-127.

4 Ver Jerome L. Neapolitan, “Cross-National Variation in Homicides: The Case of Latin America” in *International Criminal Justice Review*; 1994, 4, 4-22.

globais diminuíram se as diferenças absolutas entre os dois tipos de remuneração – derivadas do crime/não derivadas do crime – aumentaram. Evidentemente, há erro grave de especificação, ou seja, o modelo está muito incompleto.

As variáveis econômicas não desaparecem na sociologia do crime e na psicologia do crime: elas estão presentes em outra forma. Na psicologia do crime tradicional, ela não aparece através da racionalidade, da escolha; ela aparece, pelo menos, de duas outras formas:

- a pobreza e privações absolutas, provocando comportamentos desesperados, irracionais, violentos e, dentro deles, comportamentos criminosos de diversos tipos;
- as privações *relativas*, onde níveis mais altos de consumo e bem-estar *de outros*, geram frustração e, através dela, a agressão, sendo a violência e o crime duas formas de expressão desta agressão⁵.

Na Sociologia Criminal, particularmente na de índole marxista, os fatores econômicos entram como “infra-estrutura”, como fatores que, genericamente, determinam o comportamento, criminal ou não. A sua tradição determinista define os comportamentos como variáveis superestruturais, que funcionam como marionetes movidas por dedos infra-estruturais. Esta vinculação, porém, não foi pesquisada nem demonstrada, ficando no plano doutrinário: ou se acreditava nela, ou não.

Um conhecido sociólogo americano, Robert Merton, definiu o crime a partir da *anomia*, que ele redefiniu como o *hiato* entre os desejos de consumo e a impossibilidade de satisfazê-los. A anomia seria um forte estímulo para o crime. O mundo moderno estimularia o consumo, mas negaria a muitos grupos a possibilidade de consumir neste nível mais alto. Esta explicação ajudou a explicar como o crime, em geral, e a delinqüência juvenil, em particular. Teoricamente, o hiato pode ser mais alto em populações com renda *per capita* mais alta e níveis de consumo mais elevados do que em populações mais pobres, mas localizadas em outras partes do globo.

As variáveis econômicas de tipo “estrutural”, particularmente o desenvolvimento, estabelecem uma ponte incompleta entre os desejos e a possibilidade de satisfação. Economistas conservadores pensaram em efeitos de vários tipos, como a tendência histórica à equidistribuição de renda no capitalismo avançado – a hoje superada *curva de Kuznets* – e o *trickle-down effect* que acenavam com a saciedade dos desejos de consumo dos pobres, ainda que somente a médio e longo prazo. O problema deste raciocínio é que êle trata o consumo como uma variável com tendência crescente, mas trata implicitamente as aspirações de consumo como uma constante no tempo. Não é assim. As aspirações mudam e com ela o nível de consumo além do qual aparece a saciedade e morre a frustração. Sem conhecê-las, é impossível saber se há hiato ou não.

Desde uma perspectiva neo-marxista, *não dogmática*, conceitos como *desenvolvimento econômico e social*, *pobreza e estrutura de classes* têm amplo valor *heurístico*. Este valor lhes dá *possível utilidade* na análise de muitos comportamentos humanos⁶. Dados *individualizados* mostram que a taxa de homicídios é mais alta nas

5 Estas não são as únicas teorias que usam variáveis econômicas na Psicologia Criminal.

6 No nosso entender, o marxismo deve ser usado como uma orientação teórica geral, cuja função é indicar tipos de variável a serem incluídas na análise – sem excluir variáveis de outra índole. O teste final da utilidade de qualquer variável ou conjunto de variáveis é empírico. Por sua vez, uma *orientação teórica* é

classes com ocupação manual e que ela decresce à medida que sobe a educação. O problema das relações entre a economia, e dentro dela a pobreza, e o crime é que não há teoria que explique as várias tendências encontradas no tempo e no espaço. Algumas comparações no espaço dão um resultado; outras dão um diferente e as comparações no tempo variam.

Internacionalmente, não há dúvida de que há fortes diferenças entre as taxas de homicídio nos países industrializados, comparativamente mais baixas⁷, e nos países subdesenvolvidos, mais baixas. Comparações recentes mostram que a média da taxa de homicídios intencionais por cem mil habitantes é mais alta na América Latina do que nas demais regiões⁸. Porém, as comparações internacionais ficam muito viciadas pelas grandes disparidades na cobertura e na qualidade dos dados.

No Brasil, há uma controvérsia a respeito do efeito do desenvolvimento econômico e social *no nível agregado, entre os estados brasileiros*. Em artigo publicado em *Ciência Hoje*, Alba Zaluar argumenta que, *entre os estados*, não há correlação entre o nível de desenvolvimento e as taxas de homicídio; da mesma maneira, usando dados das capitais (dados mais confiáveis do que os dos estados como um todo) mostra que as capitais mais pobres *não* são as que apresentam as mais altas taxas de homicídio⁹. Porém, no Brasil a qualidade dos dados varia dramaticamente de estado para estado, como enfatiza Zaluar, o que coloca restrições às conclusões de quaisquer pesquisas que usem os estados como unidade. Já Adorno e outros, usando dados da região metropolitana de São Paulo, mostram que os bairros mais pobres são os com mais alta taxa de homicídios¹⁰. Este contraste simplesmente confirma a máxima metodológica de que o que vale para um nível de agregação não vale necessariamente para os demais. Finalmente, no nível individual, os dados referentes a vários países mostram que a violência física e o homicídio são fenômenos que afetam, sobremaneira, as classes mais pobres. Os pobres e os menos educados matam e morrem mais por violência, inclusive homicídio.

Nada disto funciona no tempo: nos últimos cinquenta anos, o analfabetismo despencou no Brasil, assim como a mortalidade infantil e a pobreza *absoluta*; os níveis de consumo de todo tipo aumentaram, de tal maneira que alguns itens de consumo, que eram símbolos da elite há algumas décadas – como a televisão e a geladeira – hoje são encontrados em mais de 80% das residências. Os automóveis já chegaram à classe trabalhadora estabelecida e os computadores estão em via de fazê-lo. A partir de uma teoria simples, que relacione o nível absoluto de subdesenvolvimento econômico e

profícua quando sugere variáveis empiricamente relacionadas com o fenômeno que se quer explicar. Ver Gláucio Ary Dillon Soares, “Marxism as a General Sociological Orientation”, in *British Journal of Sociology*, XIX (December, 1968), pp. 365-374.

7 Os Estados Unidos são uma exceção, com uma taxa *muito* maior do que seria de esperar com base no seu nível de desenvolvimento econômico.

8 Projeto com apoio do Banco Mundial, do qual participam Pablo Fajnzylber, Daniel Lederman e Norman Loayza. O Sumário Executivo pode ser baixado de <http://www.worldbank.org/landpolicy/brazil/papers/loayza/loayza.htm>.

9 Ver *Revista Ciência Hoje* (1995), vol. 20, n.115. Nossas análises, usando os dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade, tampouco chegaram a correlações significativas entre estas duas variáveis, ainda que as diferenças entre as taxas de mortalidade dos diferentes estados seja muito grande.

10 Infelizmente o estudo não controlou a taxa de crescimento demográfico recente, fator associado com o homicídio em vários países.

social, de um lado, e taxas de homicídio, pelo outro, as taxas de crimes, em geral, e de homicídio, em particular, deveriam ter despencado nas últimas décadas, mas isto não aconteceu. Não obstante, a pobreza *relativa* aumentou nas últimas décadas: se, no Brasil de hoje, os pobres são menos pobres, os ricos e a classe média tem *muito* mais do que antes. A desigualdade aumentou.

III. IDADE, SEXO E HOMICÍDIO

Há um consenso na literatura internacional de que o crime e a violência, em geral, e o homicídio, em particular, são fenômenos que atingem *homens jovens*, sendo jovens tanto as vítimas quanto os assassinos¹¹. A idade precisa na qual se observa o pico de frequências varia de país para país, de época para época, e de acordo com o crime específico, mas em todos ele é um fenômeno *jovem*. A associação entre juventude e crime é válida para muitos países e em épocas diferentes, o que levou Hirschi e Gottfredson a afirmar que não existe teoria sociológica adequada do homicídio e do crime; isso se deveria a que nenhuma teoria sociológica consegue explicar satisfatoriamente a universalidade de existência dessa relação e as variações que a forma dessa relação têm assumido no tempo e no espaço. O nosso estudo não é de homicidas e sim de vítimas; porém, as menções aos estudos de homicidas se justificam na medida em que a idade do homicida e a da vítima são próximas. Os dados brasileiros estão de acordo com a hipótese de Hirschi e Gottfredson. Considerando as *vítimas*, a taxa de homicídio de ambos sexos, de 0 a 14 anos por 100.000, é mínima por padrões brasileiros, mas ela salta dramaticamente na faixa de 15 a 19 anos, particularmente entre os homens. As taxas de homicídio atingem o seu ápice na faixa de 20 a 24 anos entre os homens e de 25 a 29 entre as mulheres, sendo pequena a diferença entre as taxas da faixa de 20 a 24 e a de 25 a 29 entre as mulheres.

Entre os homens, após o pico de 65/100.000 na faixa de 20 a 24 anos, a taxa de homicídio cai para 61 na faixa de 25 a 29, fica em 63 na de 30 a 34 e continua a cair até atingir 18 na categoria de 50 e mais. A taxa das mulheres, após atingir o pico na faixa de 25 a 29 anos, cai gradualmente para 4,3 na de 30 a 34, 3,7 na de 35 a 39, 3,2 na de 40 a 44 chegando a 1,9 entre as mulheres de 50 e mais anos de idade¹². No Rio de Janeiro, 80% das vítimas de homicídios tinham menos de 35 anos¹³.

No Censo de Prisioneiros do Distrito Federal, 88% dos presos e presas tinham até 39 anos. Este percentagem é muito alta e confirma a hipótese de Hirschi e Gottfredson.

IV. O CONTEXTO BRASILENSE: CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO ACELERADO

Hipotetizamos que, em Brasília, o *crescimento demográfico recente* está associado com o homicídio. Taxas altas recentes de crescimento demográfico seriam um indicador

11 Ver Travis Hirschi e Michael Gottfredson, "Age and the Explanation of Crime", em *American Journal of Sociology*, 89 (1983), págs. 552-584.

12 As teorias que concebem suicídios e homicídios como fenômenos correlacionados encontram muitas dificuldades em explicar a baixa relação entre esses dois fenômenos e a relação claramente diferente que cada um deles têm com a idade.

13 Ver Luiz Eduardo Soares e colaboradores, "Mapeamento da Criminalidade Letal", em Luiz Eduardo Soares *et alii*, *Violência e Política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: ISER-Relume Dumará, 1996, págs. 217-242.

de desintegração social. A cidade é mais do que um espaço habitado: ela é um sistema social que inclui instituições de apoio, facilidades, uma estrutura *social* propriamente dita, de relações interpessoais. Algumas cidades brasileiras cresceram, em números absolutos, em vinte anos, o que, em cidades européias “velhas” tomou dois séculos. O crescimento acelerado indica uma defasagem entre o amontoar de pessoas numa área urbana, a explosão de demandas de diversos tipos que esta população faz, e a possibilidade do sistema – político, econômico e social – em atendê-las. A *extensão* destas demandas pode ser aquilatada pelo *crescimento anual absoluto* da população do Distrito Federal que, nos últimos anos, passou de perto de 50 mil pessoas a perto de 100 mil. O sistema enfrenta a demanda de escolas, médicos, hospitais, empregos, residências, infra-estrutura e muito mais para criar o equivalente a uma nova *cidade* de 100 mil habitantes todos os anos. Não obstante, as médias para o Distrito Federal podem ser enganadoras: no período entre 1991 e 1996, o Recanto das Emas aumentou a uma taxa de 87%, Santa Maria a 43%, o Riacho Fundo a 30%, São Sebastião a 21%, ao passo que Brasília (Plano Piloto), Ceilândia, Taguatinga e o Gama perderam população.

Até certo ponto, a taxa recente de crescimento demográfico mede a participação dos imigrantes internos recentes na população. Uma das hipóteses propõe que muitos deles provêm de culturas *potencialmente* mais violentas do que a de destino. Numa situação de fronteira urbana, sem o controle social da sociedade de origem, a interação entre as predisposições à violência internalizadas na cultura de origem e a desorganização social das áreas receptoras pode ser fatal. Muitos problemas sociais que afetam o Distrito Federal são agravados pelas populações migrantes: assim, apenas 47% das crianças e adolescentes em situação de rua nasceram no Distrito Federal. Nada menos de 62% dos prisioneiros nasceram fora do Distrito Federal – apenas 38% nasceram no Distrito Federal. Isto mostra a saliência da participação dos migrantes nos problemas sociais e de violência do Distrito Federal.

V. O CONTEXTO BRASILIENSE: OS ASSENTAMENTOS

Brasília tem a peculiaridade de ter amplos e significativos *assentamentos urbanos*. Assentamentos são populações que vivem em locais reservados para tal. Através de uma política de concessão de lotes, migrantes internos e populações despossuídas que habitavam as *invasões* foram assentados em áreas vazias ou de baixa densidade. Na minha leitura, muitos assentamentos foram uma forma politicamente hábil de resolver um tipo de problemas sociais criando outros. Os benefícios *a curto prazo* foram os seguintes:

- para as populações de classe média e alta, que se sentiam incomodadas com a presença física das populações que habitavam as *invasões* e ameaçadas pelas taxas mais altas de criminalidade e violência destas populações significou um aumento desejado da distância em relação a elas¹⁴;
- para as populações das *invasões* e para os imigrantes recentes, significou a satisfação com o sentimento de propriedade de um lote, inclusive a *certeza subjetiva* de que poderiam ficar no Distrito Federal derivada de viver num barraco ou casebre num lote que era deles e do qual não poderiam ser

¹⁴ Efetivamente, as taxas de crimes violentos são mais altas em populações mais pobres; porém, dados não sistemáticos da nossa pesquisa com jornais mostram que estes super-estimam a periculosidade que a presença destas populações representa para as classes médias e altas.

expulsos.

Esta transferência para alguns assentamentos, como para o Recanto das Emas e Santa Maria, foi simples, extremamente barata, e deu resultados políticos imediatos para os seus implementadores. Não obstante, criou problemas muito sérios a médio e longo prazo. Como a política aplicada a alguns assentamentos foi pouco mais do que uma simples transferência de populações para áreas não habitadas, faltando serviços de infra-estrutura, inclusive educacionais, policiais, de assistência médica e de atividades econômicas, esses assentamentos tinham características de cidades-dormitório ou, mais adequadamente, de *favelas-dormitório*. A distância dos centros de ocupação e a inadequação dos serviços locais e dos transportes, implicou numa transformação do *orçamento temporal* das populações que dormiam lá e trabalhavam fora, agregando duas, três e até quatro horas diárias de transporte até os locais de emprego, com os custos de tempo e dinheiro correspondentes. Isto implica em separar famílias durante a maior parte do dia, levando a alta instabilidade familiar e a limitada interação entre pais e filhos. Esta limitação não é só de tempo, mas também de *qualidade*. A ausência de um número suficiente de *instituições de integração social* nos assentamentos, como escolas, igrejas e templos, associações, sindicatos, clubes esportivos, áreas de lazer e serviços comunitários afetou, sobremaneira, crianças e jovens, fazendo com que a ausência dos pais não fosse institucionalmente compensada, deixando os jovens na situação de desempregados, sem escolas adequadas, sem instituições integradoras, socializados na rua. O resultado, previsível, é uma alta taxa de violência e criminalidade entre os jovens. A previsão de que os níveis de violência nos assentamentos, particularmente nos mais pobres e mais recentes, deveriam ser altos, se baseia em teorias estabelecidas sobre deslocamento e desorganização sociais. Numa perspectiva individual, a perda de vínculos afetivos conduziria a sérios problemas pessoais que se refletiriam num crescimento da violência, inclusive do homicídio.

A distribuição de lotes se transformou num agente de atração de populações econômica e socialmente marginalizadas do país inteiro, particularmente do Centro-Oeste, Nordeste e Norte, que vieram descarregar os seus problemas no Distrito Federal, pressionando por mais escolas, mais empregos, mais hospitais e, evidentemente, mais distribuição de lotes, numa espiral de demandas impossíveis de serem satisfeitas, que está conduzindo à favelização do Distrito Federal¹⁵.

Ora, estas são condições propícias ao crescimento do crime e da violência. Neste sentido, esperaríamos que os assentamentos mais recentes tivessem uma taxa mais alta de homicídios, controlados os demais fatores relevantes. Há assentamentos de pobres e de setores médios; criados há mais tempo e mais recentemente, que se transformaram em regiões administrativas ou que foram criados *dentro* de regiões administrativas. Os assentamentos são, portanto, multidimensionais.

15 A favelização tem etapas. Do ponto de vista *físico*, caso haja um planejamento mínimo e o fornecimento de serviços sociais mínimos (esgoto, água encanada etc.), muitos habitantes investem nas moradias, observando-se a substituição dos barracos por casebres, destes por casas modestas e assim por diante, num processo que pode levar algumas décadas. A partir de um momento pode passar a ser rentável vender a casa e o lote, e reiniciar o processo em outra área de fronteira. Este processo tem sido estudado visualmente, usando fotografias aéreas. Geerd Banck que apresentou ao presente autor *slides* de áreas próximas a Vitória, Espírito Santo, tirados a intervalos regulares. Esta técnica tem a virtude de possibilitar a visualização da transformação destas áreas de favelas de barracos e choças em bairros pobres com casas de alvenaria.

Há vários *tipos* de assentamentos: três deles (Samambaia, Santa Maria e Recanto das Emas) receberam ampla transferência de contingentes de pobres onde existia pouco ou nada; Riacho Fundo recebeu um contingente de funcionários públicos. São Sebastião era um vilarejo que também recebeu populações transferidas. O Paranoá era uma invasão que foi “oficializada” e elevada à categoria de região administrativa, assim como Candangolândia que, não obstante, recebeu contingentes cuja composição de classe era um pouco mais elevada do que os três primeiros mencionados. Houve assentamentos e distribuição de lotes *dentro* de regiões administrativas: o Governador Roriz é creditado com a criação de Águas Claras, dentro de Taguatinga, e com a relocação de funcionários entre Taguatinga e Areal; da mesma maneira, o Governador Roriz criou assentamento dentro de Brazlândia e Planaltina. O grande problema empírico é que os dados não seguem as fronteiras dos assentamentos. Muitas RA’s incluem populações assentadas há pouco e populações já estabelecidas, em diferentes proporções.

VI. O CONTEXTO BRASILIENSE: O ENTORNO

O Distrito Federal reproduz uma situação que também caracteriza outras metrópoles latino-americanas: ele faz parte de uma vasta área metropolitana que se estende além dos limites da cidade (e, no caso do Distrito Federal, da unidade da Federação), chamado O Entorno¹⁶. Há, no Entorno cidades que pertencem a dois estados, Minas Gerais e Goiás, particularmente o último. Parte considerável do Entorno funciona como um dormitório para uma população que trabalha e se diverte no Distrito Federal¹⁷. O crescimento demográfico do Entorno é explosivo (5,8% entre 1991 e 1996), muito mais alto do que o do Distrito Federal que, por sua vez, é considerado alto. Diferentes projeções informam que a população do Entorno superará a do Distrito Federal em poucas décadas; a hipótese média nos diz que a superação se dará em 2025. Uma das previsões para 2000 é de quase um milhão e duzentas mil pessoas vivendo no Entorno. Parte significativa desta população trabalha no Distrito Federal. Uma estimativa grosseira, baseada no cálculo, feito pelo Ministério do Trabalho, nos diz que a força de trabalho no Distrito Federal é de 900 mil. Porém, a PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego) somente encontrou cerca de 700 mil residentes no Distrito Federal que estão na força de trabalho, o que deixa 200 mil por explicar, que seriam os residentes no Entorno.

O entorno acarreta um problema metodológico sério: os seus residentes entram nas estatísticas da Secretaria de Segurança do Distrito Federal como vítimas e como homicidas, mas não entram na base populacional. Entram no numerador, mas não no denominador da violência e dos problemas sociais. O Entorno responde por 27% das crianças e adolescentes encontrados nas ruas do Distrito Federal – residem no Entorno, mas são computados como meninos de rua no Distrito Federal. Evidentemente, também há um movimento populacional na direção oposta mas, como os centros de emprego, educação, atendimento médico e diversão estão no Distrito Federal e não no Entorno, o movimento do Entorno para o Distrito Federal é mais volumoso.

¹⁶ Há, pelo menos, duas definições do Entorno: o Entorno Legal inclui um grande número de municípios, alguns dos quais localizados a mais de 300 kms do Distrito Federal; outra, mais restrita, inclui apenas os municípios adjacentes ao Distrito Federal.

¹⁷ A diversão se concentra nos fins de semana e nos horários noturnos, quando ocorre alta percentagem dos homicídios e dos crimes.

A formação de metrópoles e megalópoles coloca novos problemas para o pesquisador: as populações já não passam a quase totalidade das horas da sua vida na unidade político-administrativa de residência, em geral uma cidade. Eles vivem numa cidade e trabalham noutra; às vezes, se divertem numa terceira. Um cálculo mais detalhado computaria o *número de horas* passadas em cada unidade, possivelmente especificando-as para o tipo de atividade. Esta especificação é importante, a partir dos supostos intuitivos, parte da Teoria dos Encontros, de que ninguém pode assaltar ou ser assaltado onde não está e que a probabilidade de ser criminoso ou vítima num local aumenta com o tempo passado no mesmo. Nesta metodologia, as cidades-dormitório às que, hoje, são creditadas a totalidade da população que reside nelas, seriam creditadas apenas uma fração do total de horas vividas.

Empiricamente, o impacto do Entorno foi medido de duas maneiras:

1. a condição de RA limítrofe com o Entorno, uma variável “dummy” – não tem limite/tem limite – e
2. *a proximidade da principal área habitada do limite com o Entorno* – distância da área área habitada significativa mais próxima do Entorno. Este pequeno detalhamento pode ser útil porque o limite é um conceito espacial e os fenômenos que tratamos são populacionais.

A vizinhança em relação ao Entorno capta, imperfeitamente, várias “noções”:

- a proximidade favorece o deslocamento populacional na direção Entorno – RA e, portanto, aumenta a sua base populacional e a probabilidade de um incremento absoluto do número de homicídios, *sem aumentar o denominador populacional sobre o qual se computam as taxas de homicídio*;
- a proximidade favorece o deslocamento populacional na direção Entorno – RA e, portanto, aumenta a sua base populacional e, conseqüentemente, maior pressão sobre recursos limitados, inclusive ocupacionais, educacionais, policiais, hospitalares etc que afetariam negativamente a população da RA, predispondo-a a atos violentos;
- o Entorno representa uma cultura mais violenta e que a interação com ela aumenta a probabilidade de que a população da RA cometa atos violentos;
- a proximidade do Entorno significa, também, maior distância do centro do Distrito Federal, onde são tomadas as decisões a respeito da alocação de recursos, seja no nível estadual, seja no nível federal. Apresentamos a hipótese de que a proximidade dos centros decisórios aumenta a probabilidade de obtenção de recursos e que estes recursos diminuem a probabilidade de atos violentos.

Evidentemente, estas “noções”, mesmo se elevadas à categoria de hipóteses, não podem ser empiricamente distinguidas uma das outras porque os seus indicadores são os mesmos. Para distingui-las seria necessária pesquisa primária usando indicadores diferentes e mais adequados.

VII. HIPÓTESES

As hipóteses deste trabalho são:

- O subdesenvolvimento econômico e social da Região Administrativa, seja medido fatorialmente, através de componentes principais, seja medido de maneira simples, através da classificação das R.A.'s em grupos de acordo com critérios sócio-econômicos, contribui para o aumento da violência naquela R.A.;
- A proximidade do Entorno, seja medida pela existência de fronteira (ou limite) com o Entorno, seja medida pela presença de duas, uma ou nenhuma R.A. entre a R.A. em questão e o Entorno, contribui para o aumento da violência naquela R.A.;
- A presença de assentamentos recentes e pobres dentro da R.A. contribui para o aumento da violência naquela R.A.

VIII. OS DADOS E SEU TRATAMENTO

Este estudo correlaciona indicadores demográficos, econômicos e sociais com as taxas de homicídio, tomando por base as 19 Regiões Administrativas do Distrito Federal. Para verificar qual a relação entre a pobreza, o subdesenvolvimento econômico e social e as taxas de homicídio no Distrito Federal, construímos um database. Os dados sobre homicídio foram os da Secretaria de Segurança do Distrito Federal, que foram criticados¹⁸ e são completos. A variável dependente, que se quer explicar, foi a taxa média de homicídio por 100 mil habitantes de 1995 a 1998, calculada a partir dos dados absolutos sobre homicídios fornecidos pela Secretaria de Segurança. O número médio anual de homicídios foi dividido pelos resultados da contagem populacional de 1996¹⁹. Há muita variação nas taxas de homicídio.

Os dados sócio-econômicos foram tomados da pesquisa *PISEF – Perfil Sócio-Econômico das Famílias do Distrito Federal, 1997* – realizada pela CODEPLAN; os dados demográficos também foram obtidos da CODEPLAN, sendo que os de 1996 se referem à contagem feita naquele ano pelo IBGE.

Inicialmente, aquilatamos o nível de pobreza pela percentagem dos domicílios com renda até dois salários mínimos²⁰. Há muita variação entre as regiões administrativas no que concerne a renda familiar média (de menos de R\$ 600,00 no Paranoá; Recanto das Emas; Santa Maria e São Sebastião a R\$ 5.902,80 no Lago Norte e R\$ 7.364,89 no Lago Sul), o que permite uma análise menos restrita com variáveis externas. Porém, esta pesquisa proporcionou muitos outros dados de interesse. Montamos uma base de dados com vários indicadores de desenvolvimento econômico e social. Como em tantos outros casos, a maioria destes indicadores forma um bloco: quem é alto em um, é alto nos demais.

Muitos destes indicadores são altamente inter-correlacionada, o que, às vezes, gera problemas de multicolinearidade. Nas análises preliminares, que as variáveis

18 Verificados pela Secretaria de Segurança.

19 Usamos a soma dos homicídios nos quatro anos divididos pela população contada em 1996. As estimativas populacionais da CODEPLAN para 1995, 1997 e 1998 e as de outras instituições produziram resultados muito discrepantes entre si. Por isto, adotamos a posição conservadora de usar somente a contagem. Esta decisão implica em sobre-estimar as taxas de homicídio das RA's que mais cresceram e subestimar a das que perderam população.

20 Com base na *Pesquisa de Informações Sócio-Econômicas das Famílias do Distrito Federal – PISEF/DF – Resultados Preliminares*. CODEPLAN, 1997.

que sobreviveram a regressões seletivas (*stepwise, backward, forward* etc.) não foram sempre as mesmas. O nível de significação do modelo era estável, mas as variáveis que sobrevivem não o eram. Esta é uma situação que sugere a utilização de análise fatorial para reduzir muitas variáveis a poucos fatores subjacentes. Isto foi feito através da *análise dos componentes principais*. Três fatores ortogonais foram extraídos e os escores fatoriais de cada um agregados ao *data-base*. Estes três fatores foram interpretados como:

- 1) fator geral de subdesenvolvimento econômico e social;
- 2) fator de alfabetização e
- 3) fator de renda média.

A comunalidade de 17 das 19 variáveis era superior a 0,90; somente duas tiveram comunalidades inferiores a este limite.

A extração do primeiro fator foi extremamente fácil, como se pode ver pelo seu *eigenvalue*; a do segundo foi também fácil e fácil foi a identificação, sendo de notar, porém., o caráter residual deste fator; o baixo *eigenvalue* do terceiro veio acompanhado de certa dificuldade de identificá-lo. O primeiro fator foi aproveitado em todas as análises e demonstrou, empiricamente, ser o melhor preditor da taxa de homicídio.

Tabela I
Fatores de subdesenvolvimento econômico e social no Distrito Federal, 1997
Análise de componentes principais

Preditores	<i>Eigenvalue</i>	Porcentagem da Variância	Porcentagem Acumulada
Fator Geral de Subdesenvolvimento Econômico e Social (pobreza)	13,889	73 %	73 %
Alfabetização	3,326	12 %	85 %
Renda Média	1,475	8 %	93 %

IX. PROBLEMAS METODOLÓGICOS

Os estudos agregados do crime, violência e homicídio têm limites. Evidentemente, as Regiões Administrativas não são isoladas e se comunicam. Isto significa que:

- alguém, residente numa, pode cometer um crime ou violência noutra. Os dados do *evento* e da vítima são creditados à RA onde o delito ou crime foi cometido. Em verdade, uma parte significativa dos homicídios ocorridos no Distrito Federal envolvem pessoas residentes no Entorno – tanto na condição de vítimas, quanto de assassinos;
- embora boa parte dos crimes ainda sejam cometidos dentro de um raio de ação limitado da residência e do trabalho das pessoas, o raio está aumentando com as facilidades de locomoção. Quanto mais organizado o crime, maior o raio de ação.
- além disso, as RA's mais ricas são as que oferecem maior gratificação para furtos e roubos – juntamente com maior perigo;
- as RA's não são *homogêneas*: há gente com renda média e alta nos assentamentos e gente muito pobre, inclusive invasões, nas RA's mais ricas. Seria melhor ter

áreas menores e mais homogêneas, mas não há dados disponíveis neste nível de detalhe;

- em algumas RA's, o pequeno número do total de ocorrências faz com que 3 ou 4 homicídios a mais ou a menos produzam um *outlier*. O Lago Sul, que também é internamente heterogêneo, tem homicídios da ordem de 8 a 10 *ocorrências* por ano e, em 1996, foi claramente um *outlier*.

As análises preliminares produziram um quadro consistente e permitem algumas conclusões:

- o homicídio varia muito de região administrativa para região administrativa: arredondando, a relação entre a taxa mais alta e a mais baixa se aproxima de quatro²¹;
- o homicídio varia pouco, de ano para ano, em cada região administrativa e, particularmente, no Distrito Federal. É um fenômeno altamente *estável*²²;
- o subdesenvolvimento econômico e social e a pobreza *aumentam* as taxas de homicídio;
- crescimento demográfico recente *aumenta* as taxas de homicídio;

Os resultados mostram que, no Distrito Federal como em tantos outros lugares, o homicídio não pode ser visto exclusivamente a partir do indivíduo, que há importantes condições “macro” que influem sobre o homicídio, seja diretamente, seja como contextos que modificam a influência de variáveis individuais. Mostram, também, que o Distrito Federal tem condições *específicas* que influem sobre a taxa de homicídio, como a sua estrutura social com forte separação espacial e os assentamentos.

As Regiões Administrativas tem populações muito diferentes: de menos de 14 mil a quase 350 mil, a média sendo 95.600. O desvio padrão de quase 85 mil mostra que a população varia muito, o que significa que análises não ponderadas emprestam significação igual a RA's populacionalmente muito diferentes. Para alguns, esta é uma distorção inaceitável. Porém, um sistema de regressões ponderadas pela população baseada na máxima verossimilhança, com pesos de -2,0 a +2,0, com intervalos de 0,5, altera pouco a regressão.

X. ANÁLISES BIVARIATAS PRELIMINARES DOS DADOS

Diante de muitas variáveis explicativas indicadas pela teoria criminológica, de algumas variáveis explicativas de amplo espectro, parte da “escola de Santiago”, e do fato de que não temos acesso a dados individualizados recentes²³ de quatro anos

21 As taxas de homicídios das RA's mais violentas do Distrito Federal são menores do que a taxa média do Rio de Janeiro.

22 Estabilidade não deve ser confundida com imutabilidade. As taxas de homicídio mudam e podem ser diminuídas através de políticas públicas adequadas. A taxa de mortos no trânsito também é estável e, não obstante, a Campanha pela Paz no Trânsito reduziu dramaticamente a taxa de vítimas fatais por 10 mil veículos no Distrito Federal – de mais de 11 a menos de 6 – em três anos.

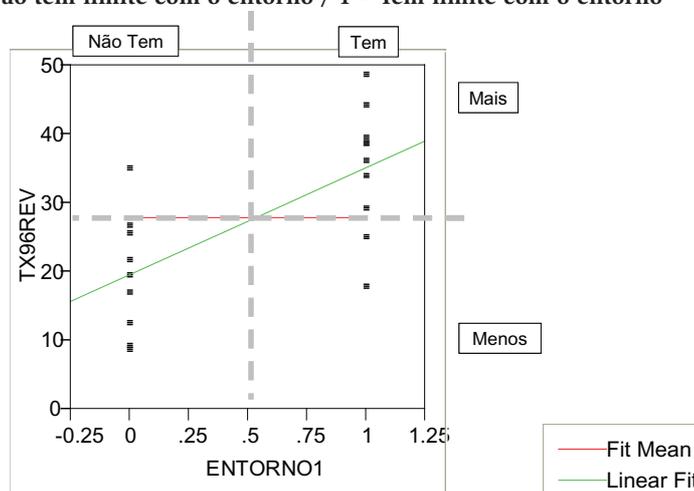
23 O contraste entre a acessibilidade aos dados nos Estados Unidos e as restrições encontradas em alguns países latino-americanos é humilhante. Mesmo em alguns países, como o Brasil, o contraste entre instituições recentemente “abertas”, como o IBGE, e feudos privatizados, como o Instituto Médico-Legal do Distrito

para cá, nos obriga a trabalhar no nível agregado, por região administrativa. O fato de que as RA's sejam apenas 19 restringe o modelo e o número de variáveis explicativas. Começamos com análises bivariadas para reduzir o número de variáveis a serem incluídas num modelo mais complexo.

A análise bivariada de correlações revela que as duas medidas relacionadas com a distância do Entorno, **Limite e Proximidade**, apresentam correlações significativas com a taxa média de homicídio (0,64 e 0,50, respectivamente)²⁴, sendo a correlação com o Limite mais intensa.

Gráfico/Tabela I
Ajuste Bivariato da Taxa Revista de Homicídios de 1996 (por 100 mil hbs)
por Regiões Administrativas que limitam e não limitam com o Entorno (Limite)

0 – Não tem limite com o entorno / 1 – Tem limite com o entorno



Ajuste Linear

$$\text{TAXA DE 1996 REVISTA} = 19,644444 + 15,605556 \text{ ENTORNO1}$$

Sumário do Ajuste

R ²	0,458001
R ² Ajustado	0,426119
Root Mean Square Error	8,961182
Mean of Response	27,85789
Observations (or Sum Wgts)	19

Análise da Variância

Federal, é chocante. A pesquisa política e social fica seriamente comprometida pela herança da ditadura que transforma o dado, que deve ser público, em propriedade privada de um burocrata, que o cede ou o nega a quem quer.

24 No texto, as correlações serão apresentadas com duas casas decimais.

Source	DF	Sum of Squares	Mean Square	F Ratio
Model	1	1153,5791	1153,58	14,3654
Error	17	1365,1472	80,30	Prob > F
C, Total	18	2518,7263		0,0015

Estimativas dos Parâmetros

Term	Estimate	Std Error	t Ratio	Prob > t
Intercepto	19,644444	2,987061	6,58	< ,0001
ENTORNO1	15,605556	4,117379	3,79	0,0015

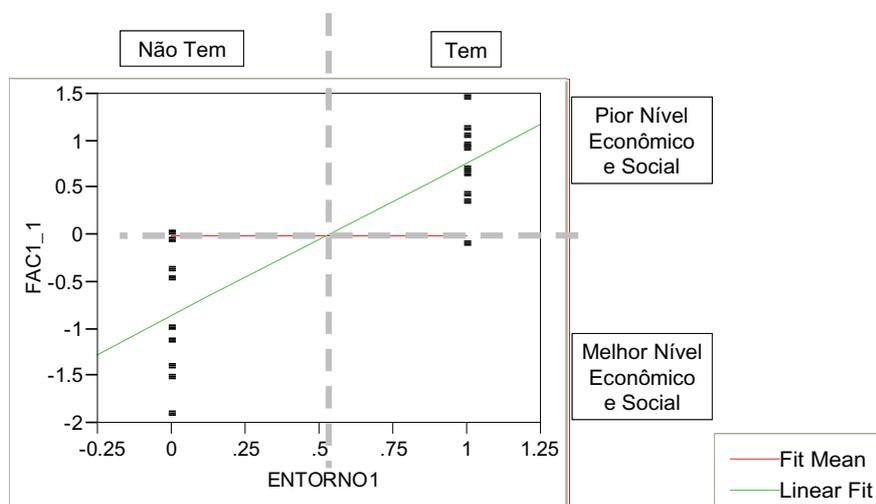
Os dados mostram que as taxas de homicídio são claramente mais altas nas Regiões Administrativas que tem fronteiras com o Entorno. Praticamente não há sobreposição entre elas. As que têm limites com o Entorno têm taxas mais altas de homicídio do que as que não tem limites. O R² Ajustado, 0,43, mostra que a proximidade do Entorno explica quase metade da variância da taxa de homicídios. A análise da variância mostra que este modelo simples é significativo no nível de 0,0015.

Porém, as taxas mais altas de homicídio não são a única variável associada com ter fronteiras com o Entorno. Muitas condições econômicas e sociais também o são.

Gráfico / Tabela II

Ajuste Bivariado do Fator Geral de Sub-Desenvolvimento Econômico e Social em Regiões Administrativas que têm e que *não* têm limite com o Entorno

0 – Não tem limite com o entorno / 1 – Tem limite com o entorno



Ajuste Linear

$$FATOR1_1 = -0.855159 + 1.6248017 \text{ ENTORNO1}$$

Sumário do Ajuste

R ²	0,694732
R ² Ajustado	0,676775
Root Mean Square Error	0,568529

Média das Respostas	3,62e-17
Observações (ou Soma Wgts)	19

Análise da Variância

Source	DF	Soma dos Quadrados	Mean Square	F Ratio
Modelo	1	12,505171	12,5052	38,6887
Erro	17	5,494829	0,3232	Prob > F
C, Total	18	18,000000		< ,0001

Estimativas dos Parâmetros

Termo	Estimativa	Erro Padrão	t Ratio	Prob > t
Intercepto	-0,855159	0,18951	-4,51	0,0003
ENTORNO1	1,6248017	0,261221	6,22	< ,0001

Os dados mostram que o subdesenvolvimento econômico e social é claramente maior nas Regiões Administrativas que têm fronteiras com o Entorno. Praticamente não há sobreposição entre elas. As que têm limites com o Entorno têm condições econômicas e sociais piores.

A classificação por existência, tipo e antiguidade de assentamentos também apresenta uma correlação significativa (0,40). Os escores z de três indicadores de subdesenvolvimento econômico e social (% de analfabetos; % de pessoas com renda mensal até 2 salários mínimos; % de habitações com até 4 cômodos) também apresentam correlações substanciais (0,59; 0,58 e 0,55) com a taxa de homicídios. Um Índice somatório combinando estes três indicadores de pobreza e subdesenvolvimento econômico e social se correlaciona 0,61 com a taxa de homicídios. O escore cada Região Administrativa no Fator Geral de Subdesenvolvimento Econômico e Social oferece uma correlação da mesma magnitude, de 0,59, que é significativa no nível de 0,004; os três grupos de Regiões Administrativas por nível sócio-econômico também se relacionam com a taxa de homicídio (0,63). Ou seja, como esperado, a magnitude dos coeficientes de correlação da taxa de homicídios com índices compostos e classificações multidimensionais é ligeiramente mais alta do que com indicadores individualizados²⁵. As demais variáveis não apresentaram relações significativas com a taxa média de homicídios. Usando o coeficiente de Kendall, não paramétrico, as variáveis incluídas e no modelo e excluídas dele com base na significação das correlações continuam as mesmas. Usando o logaritmo da Taxa Média de Homicídios, as variáveis excluídas permanecem as mesmas. A magnitude e a significação das correlações aumentam um pouco.

A análise bivariada permite excluir quatro variáveis: os escores nos fatores 2 e 3, a taxa de crescimento da população e o logaritmo da taxa de crescimento da população. Como estas variáveis se correlacionam com as que permanecem no modelo “na mesma direção” que com a taxa de homicídios, seria difícil encontrar não-correlações espúrias.

25 No jargão sociológico, os indicadores são simples (ex.: analfabetismo) e os índices são compostos, conceitualmente ou operacionalmente multidimensionais.

Tabela II
Correlações entre preditores e a taxa média de homicídio
por região administrativa, Distrito Federal, 1995-1998

PREDITORES	CORRELAÇÃO		SIGNIFICAÇÃO	
	Taxa	LnTaxa	Taxa	LnTaxa
NÃO LIMITE/LIMITE COM O ENTORNO	0,64	0,65	0,002	0,001
PROXIMIDADE DO ENTORNO	0,50	0,54	0,015	0,009
GRUPO DE RA'S (NSE ALTO/MÉDIO/BAIXO)	0,63	0,68	0,001	0,002
SCORE NO PRIMEIRO FATOR NA ANÁLISE DE COMPONENTES PRINCIPAIS (FATOR GERAL DE SUBDESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL)	0,59	0,60	0,004	0,003
SCORE POR EXISTÊNCIA E TIPO DE ASSENTAMENTO	0,40	0,42	0,047	0,036
Variáveis Excluídas				
SCORE NO FATOR 3 NA ANÁLISE DE COMPONENTES PRINCIPAIS	0,11	0,15	NS	NS
TAXA DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO	0,17	0,07	NS	NS
LN DA TAXA DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO	0,12	0,07	NS	NS
SCORE NO FATOR 2 NA ANÁLISE DE COMPONENTES PRINCIPAIS	0,11	0,02	NS	NS

XI. ANÁLISE MULTIVARIADA

Usando todas as variáveis selecionadas pelas correlações bivariadas, a análise de regressão demonstra a utilidade do modelo: uma correlação múltipla de 0,75 e o R^2 seja 0,57. Porém, o R^2 ajustado é consideravelmente mais baixo: 0,40. Tomando o logaritmo da taxa média de homicídios como dependente, o modelo escolhido nos permite um R^2 ligeiramente mais alto, de 0,61. O valor de F, 4,066, nos diz que o modelo é significativo no exigente nível de 0,019. Porém, a distância entre o R^2 de 0,61 e o R^2 ajustado de 0,46 sugere que seria possível aumentar a significação estatística do modelo através da exclusão de outras variáveis, sem perda importante na explicação. As *inter-relações* entre as variáveis explicativas geraram a necessidade de precauções. Limite e Distância tem uma correlação entre si de 0,90; os escores no Fator Geral de Subdesenvolvimento Econômico e Social e os Assentamentos se correlacionam 0,80. – e os níveis de tolerância de três delas – Limite, Distância e Fator de Subdesenvolvimento Econômico e Social se situam perto de 0,2. A eliminação intencional da Distância altera pouco os coeficientes de regressão múltiplo, o R^2 e o R^2 ajustado (0,77; 0,59 e 0,48), mas melhora um pouco a tolerância da outra medida de proximidade do Entorno, Limite, que passa a ser 0,30, mas a do Fator de Subdesenvolvimento Econômico e Social continua muito baixa. O nível de tolerância da agrupação de RA's com base no seu nível sócio-econômico é muito alto, 0,69, o que indica que a combinação linear das demais variáveis explica relativamente pouco nela. Portanto, a relação entre esta variável e a taxa de homicídios

não deverá ser alterada pela eliminação de outras variáveis independentes²⁶.

A despeito da importância atribuída teórica e politicamente aos assentamentos, esta variável seria a próxima a ser descartada numa regressão “backward”, devido ao valor baixo do teste *t*. A diferença entre o valor deste teste para os Assentamentos e para o Fator Geral de Subdesenvolvimento Econômico e Social é negligível. Um esquema com três variáveis explicativas – Agrupamento das RA's por Nível Sócio-econômico, Limite/não limite com o Entorno e uma terceira, seja Assentamentos, seja o Fator Geral de Subdesenvolvimento Econômico e Social, produz R múltiplos; R², e R² Ajustados semelhantes. Porém, a entrada de Assentamentos e a saída do Fator Geral de Subdesenvolvimento melhora os níveis de tolerância. Não obstante, o modelo pode e, *estatisticamente*, **deve** ser mais simplificado. Os testes *t* não apóiam a permanência nem de Assentamentos nem do Fator Geral de Subdesenvolvimento no modelo. Considerações teóricas à parte, a solução estatisticamente conservadora sugere um modelo simplificado com o Nível Sócio-econômico das Regiões Administrativas e ter ou não ter fronteira com o Entorno como independentes e o ln da taxa média de homicídios como dependente.

Tabela III
Resultados Globais da Regressão Usando Grupos de RA's Ordenados por
Nível Sócio-Econômico e Limite com o Entorno como Independentes e o
Logaritmo da Taxa Média de Homicídio como Dependente

Regiões Administrativas, Distrito Federal, 1995 a 1998

R múltiplo	0,77
R ²	0,59
R ² ajustado	0,54
Erro padrão	0,2884

F = 11,571 Significação de F = 0,001

No nível agregado das Regiões Administrativas, os resultados demonstram a importância tanto da observação e do conhecimento específico dos casos concretos que queremos analisar quanto da orientação teórica. Sem conhecer as peculiaridades de Brasília, inclusive da organização estatística do Distrito Federal, a relevância do Entorno e dos Assentamentos estaria perdida. Aumentaria o erro de especificação. Sem uma orientação teórica que privilegiasse as variáveis macro-econômicas e macro-sociais, perderíamos mais poder de explicação, tanto teórica quanto empírica.

XII. CONCLUSÕES

A análise das taxas de homicídio nas diferentes Regiões Administrativas do Distrito Federal concede uma posição importante à “escola de Santiago”, seja através da agregação das RA's em três grandes grupos a partir de critérios sócio-econômicos, seja através do

²⁶Somente 21% se explicam pela combinação linear das demais variáveis independentes.

Fator Geral de Subdesenvolvimento Econômico e Social. As explicações que levam em conta este tipo de variável avançam o conhecimento. Talvez o leitor latino-americano se pergunte se isto não é óbvio, esquecendo, talvez, que o resultado de um esforço massivo de pesquisa, sobretudo nos países centrais, enfatiza *outras variáveis, sobretudo de cunho individual*. O sexo e a idade foram amplamente corroborados em países latino-americanos; o peso da *coorte jovem* é debatido, com resultados contraditórios; alguns elementos que compõem a integração social – religião, família, associativismo – não puderam ser testados; os chamados fatores *facilitadores*, álcool, drogas e armas de fogo também estão amplamente documentados na América Latina.

O número limitado de observações – 19 – dificulta a análise estatística. O nível alto de agregação provoca erros de mensuração. O caráter grosseiro da mensuração da influência do Entorno prejudica as conclusões a seu respeito. É uma variável que sobreviveu, mas cuja mensuração pode ser muito mais refinada. Se os erros forem, como acredito que sejam, aleatórios, melhorias na mensuração desta variável deverão aumentar o seu impacto. O fato de que muitos Assentamentos não coincidam com os limites das RA's (e, portanto, usar as RA's como indicadoras de assentamentos diminui a fidedignidade desta medida), provocam erros de mensuração que prejudicam os resultados. Os Assentamentos e, através deles, as teorias de deslocamento e desorganização sociais, permanecem explicações plausíveis da taxa de homicídios. Porém, a sua utilização adequada num esquema multivariado, estatisticamente sofisticado e sensível a erros de mensuração, fica prejudicada, à espera de mensuração adequada.

Os “velhos” conceitos de subdesenvolvimento econômico e social e de pobreza sintetizaram a prioridade comum a matrizes explicativas bastante diferentes que caracterizaram a “escola” de Santiago. As explicações começavam com eles, ainda que cada um agregasse as demais variáveis explicativas que quizesse. Nesta pesquisa, mais uma vez, eles demonstram a sua utilidade. As várias dimensões empíricas individuais destes conceitos (educação, habitação, renda etc) formam uma estrutura, se correlacionam, e têm correlações significativas com a taxa de homicídios. Individualmente, ou através de índices, como o Fator Geral de Subdesenvolvimento Econômico e Social, ou o agrupamento sócio-econômico das Regiões Administrativas, apresentam uma alta correlação com a taxa de homicídio. No nível agregado das Regiões Administrativas, metade da variância não ajustada nas taxas de homicídio se explica por fatores sócio-econômicos. Embora estas dimensões não sejam iguais, o seu impacto líquido sobre o homicídio, controlando as demais dimensões do mesmo conceito, assim como outras variáveis relevantes que não fazem parte do subdesenvolvimento econômico e social, não pode ser adequadamente estimado devido ao número limitado de casos e ao número relativamente alto de variáveis.

A pobreza relativa e o subdesenvolvimento econômico e social aumentam o potencial de violência da população. Dado o mesmo estímulo, um número maior de pessoas aumenta a violência da sua resposta. As explicações que começam e terminam nas características individuais encontram dificuldades em explicar como pessoas com características semelhantes localizadas em contextos sócio-econômicamente diferentes apresentam taxas diferentes de homicídio e de outras expressões de violência. No agregado, onde estas determinações são mais fáceis de captar, as teorias individuais, se aplicadas isoladamente, foram de um contexto estrutural, apresentam altos erros

de especificação.

Não obstante, Pesquisas indicam que as taxas de homicídio são mais altas nos bairros pobres das áreas metropolitanas. Isso vale para cada área metropolitana estudada – em São Paulo (por Piquet Carneiro e o pessoal do Núcleo de Estudos da Violência), no Rio (por Piquet Carneiro e o Ignácio Cano), em BH (por Claudio Beato), no Distrito Federal por mim, e em vários lugares pelo pessoal que trabalha com mortes violentas que integram a Saúde Pública. Entretanto, como salientou Alba Zaluar, os índices mais altos não são as dos Estados mais pobres, nem as das cidades mais pobres, a despeito do problema de que alguns Estados tem um sistema estatístico tão incompetente que assusta. Ninguém pode ter uma idéia aproximada do que é a mortalidade no Maranhão, no Piauí e em outros Estados. Ignácio Cano e Nilton Santos corrigiram alguns desses dados, mas as correlações com os dados corrigidos são insignificantes²⁷.

Mas essas relações são, ainda, mais complexas e contraditórias: o aumento da renda per capita, no Brasil e em vários outros países, nos últimos 50 ou 10 anos não levou à redução da violência. Estudos internacionais, comparando países diferentes, mostram que a desigualdade na distribuição de renda é mais importante na determinação das taxas de homicídio do que a renda per capita.

Tabela IV
Sumário de alguns resultados de pesquisas usando dados econômicos e sociais para explicar taxas de homicídio

	Influência da renda <i>per capita</i> e de outros indicadores de desenvolvimento	Influência da renda <i>per capita</i> e de outros indicadores de desenvolvimento, controlando a desigualdade	Influência da desigualdade	Influência da desigualdade, controlando a renda <i>per capita</i> e de outros indicadores de desenvolvimento
Entre indivíduos em países avançados	Renda e educação mais altas, taxas de autoria e vitimização mais baixas	Resultado não disponível para o autor	Estudos multi-nível mostram que indivíduos que vivem em áreas desiguais tem autoria e vitimização mais altas	Resultado não disponível para o autor
Entre indivíduos em países subdesenvolvidos	Renda e educação mais altas, taxas de autoria e vitimização mais baixas, mas dados pouco confiáveis	Resultado não disponível para o autor	Resultado não disponível para o autor	Resultado não disponível para o autor
Entre bairros e zonas de grandes áreas metropolitanas em países desenvolvidos	Renda e educação mais altas, taxas de autoria e vitimização mais baixas	Resultados inconsistentes	Resultados inconsistentes	Resultados inconsistentes

²⁷ Cano, Ignácio & Santos, Nilton, *Violência letal, renda e desigualdade social no Brasil*. Rio de Janeiro, Sete Letras, 2001.

Entre bairros e zonas de grandes áreas metropolitanas em países subdesenvolvidos	Renda e educação mais altas, taxas de autoria e vitimização mais baixas	Resultado não disponível para o autor	Resultado não disponível para o autor	Resultado não disponível para o autor
	Influência da renda <i>per capita</i> e de outros indicadores de desenvolvimento	Influência da renda <i>per capita</i> e de outros indicadores de desenvolvimento, controlando a desigualdade	Influência da desigualdade	Influência da desigualdade, controlando a renda <i>per capita</i> e de outros indicadores de desenvolvimento
Entre cidades e estados em países desenvolvidos	Resultados inconsistentes			
Entre municípios de alguns estados no Brasil	Renda e educação mais altas, taxas de autoria e vitimização mais baixas, correlações modestas	Resultado não disponível para o autor	Gini (desigualdade) taxas de homicídio mais altas – correlações modestas	Desigualdade mais alta, taxas de autoria e vitimização mais altas, correlações parciais baixas
Entre países	Renda e educação mais altas, taxas de autoria e vitimização mais baixas, correlações baixas	As correlações parciais não são significativas	Desigualdade mais alta taxas de autoria e vitimização mais altas, correlações médias	Desigualdade mais alta, taxas de autoria e vitimização mais altas, correlações parciais baixas mas significativas e consistentes
No tempo, Brasil como um todo	Correlação bivariata <i>positiva</i> : renda e educação, assim como as taxas de homicídio aumentaram	Resultado não disponível para o autor	Gini (desigualdade) com pouca variação, taxas de homicídio crescentes. Fenômenos independentes	Resultado não disponível para o autor
No tempo, alguns estados e cidades brasileiras	Correlação bivariata <i>positiva</i> : renda e educação, assim como as taxas de homicídio aumentaram	Resultado não disponível para o autor	Resultado não disponível para o autor	Resultado não disponível para o autor

A realidade presta um tributo, através destes resultados, à “escola de Santiago”, em geral, e a Aldo Solari, em particular: passadas tantas décadas das suas primeiras elaborações, o seu poder explicativo permanece intocado. Não obstante, o tributo maior se refere à ênfase no ecleticismo teórico e no anti-dogmatismo: não há “teoria” do homicídio que chegue sequer perto de proporcionar uma explicação satisfatória da taxa de homicídios. Toda ortodoxia morre antes de completar a primeira rodada. O homicídio continua um desafio aos pesquisadores. Pensadores e escolas entrincheirados em suas posturas teóricas dogmáticas representam um retrocesso para o conhecimento. Há, em curso, centenas de pesquisas sobre o homicídio mundo a fora que estão produzindo resultados que mostram que o fenômeno é complexo e que ceder à sedução de teorias fáceis e simples é insistir em que o sol é quadrado.

ANEXO I
Taxa Média de Homicídios, 1995-1998 por 100 mil habitantes contados em 1996
por Região Administrativa, Distrito Federal

Região Administrativa	<i>Taxa Média por 100 mil habitantes</i>
Planaltina	51,5
Ceilândia	47,7
Núcleo Bandeirante	47,0
Paranoá	46,1
Samambaia	45,5
Gama	42,1
Cruzeiro	37,8
Recanto das Emas	36,4
São Sebastião	34,3
Santa Maria	33,9
Brazlândia	32,8
Lago Sul	30,0
Sobradinho	28,5
Candangolândia	24,4
Taguatinga	21,9
Lago Norte	18,7
Riacho Fundo	18,3
Brasília	13,5
Guará	13,1

